



MARINHA DO BRASIL

NAVIO-AERÓDROMO MULTIPROPÓSITO **ATLÂNTICO**: 3 anos do “Capitânia da Esquadra”

CMG Mozart Junqueira Ribeiro*

O Navio-Aeródromo Multipropósito *Atlântico*, originalmente batizado HMS *Ocean* pela *Royal Navy* (RN), foi concebido com o intuito de suprir a lacuna de possuir um navio com capacidades que fossem adequadas à complexidade das operações anfíbias e operações aéreas. Em 1993, durante a Guerra da Bósnia, a RN percebeu que seria inviável a utilização de navios mercantes com a finalidade de transportar tropas, veículos e operar simultaneamente com múltiplas aeronaves. As experiências obtidas durante o conflito serviram de base para a construção de um novo LPH (*Landing Platform Helicopter*).

Em 1998, logo após o seu comissionamento na RN, o navio alcançou grande notoriedade ao participar da operação de ajuda humanitária nas proximidades do litoral da Nicarágua e Honduras, atingidas pelo furacão Mitch. Em 2000, exerceu papel fundamental durante a Operação Palliser, contribuindo para o estabelecimento da ordem ao suprimir atividades de grupos rebeldes em Serra Leoa. Na Guerra do Iraque em 2003,

consolidou-se como plataforma para que aproximadamente 20 helicópteros apoiassem as operações de desembarque iniciais das forças de coalizão e, adicionalmente, devido a sua elevada capacidade de suporte à vida, serviu como hospital de campanha para o tratamento de feridos de ambos os lados envolvidos no conflito.

O navio permaneceu em serviço ativo por quase 20 anos na RN e, após esse período, foi assinado um contrato entre o Brasil e o Reino Unido para a transferência do HMS *Ocean*. O Porta-Helicópteros Multipropósito *Atlântico* (PHM *Atlântico*), como foi classificado inicialmente pela Marinha do Brasil (MB), teve a sua cerimônia de incorporação realizada em 29 de junho de 2018. Posteriormente, em agosto do mesmo ano, navegando em águas jurisdicionais brasileiras, ocorreram os primeiros pousos dos helicópteros da Força Aeronaval no PHM *Atlântico*, caracterizando um marco significativo para a retomada da doutrina de operações aéreas em Navios-Aeródromo.





Com a sua chegada ao Rio de Janeiro, o navio foi designado como o novo Capitânia da Esquadra brasileira e trouxe consigo grandes avanços para o Setor Operativo da Marinha. A possibilidade de realizar operações aéreas com a utilização de óculos de visão noturna (OVN), tendo em vista as adaptações preexistentes no navio, fomentaram, em maio de 2020, o início do processo de homologação do primeiro navio da MB a operar com OVN, concluído poucos meses depois. Esse fato, associado à capacidade de transporte de aeronaves e de fuzileiros navais, impulsionou o desenvolvimento da doutrina de seu emprego, principalmente em operações anfíbias, devido ao fator surpresa inerente ao movimento helitransportado.

Outro fator digno de destaque foi o incremento da interoperabilidade por meio do planejamento e realização, no âmbito do Ministério da Defesa, de Operações Conjuntas entre a Marinha, o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB). As Operações Poseidon e Urano, em outubro de 2020 e em março de 2021, respectivamente, iniciaram a qualificação de pilotos do EB e da FAB para operar continuamente a partir do navio e contribuirão para o aperfeiçoamento da doutrina de Operações Conjuntas.

Adicionalmente, no que se refere às potencialidades dos sensores do navio, ressalta-se o moderno radar de busca volumétrica Artisan 3D 997. A sua utilização permite a atividade de Controle Aéreo de Interceptação (CAINT) das aeronaves de asa fixa A4 Skyhawk, por meio da sua elevada capacidade de vigilância e detecção, que pode acompanhar centenas de alvos simultaneamente a distâncias acima de 100 milhas náuticas. A recente aquisição das aeronaves Gripen, pela FAB, e a intenção da MB em empregá-las no CAINTE, diante do grande potencial ofensivo desses novos vetores, elevará o nível interoperacional entre as Forças. As Operações Conjuntas contemplarão a integração do Sistema de Defesa Aérea e Circulação Operacional Militar (DA/COM) com os sensores de bordo, permitindo o emprego do navio para ampliar o controle e defesa do espaço aéreo brasileiro e garantir um maior nível de vigilância da Amazônia Azul.

Diante dos conhecimentos adquiridos sobre as capacidades do navio, desde a sua chegada, a MB percebeu que a classificação de PHM *Atlântico* baseada no mesmo emprego que a RN realizava, como um Porta-Helicópteros de Assalto Anfíbio, não contemplava as possibilidades de utilização de aeronaves turbóhélice de pouso vertical (convertiplano) e Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas Embarcadas (SARP-E). A MB, vislumbrando o emprego desses meios a bordo do PHM *Atlântico* em futuro próximo, alterou a sua denominação para Navio-Aeródromo Multipropósito *Atlântico* (NAM *Atlântico*).

Atualmente, a conjuntura político-estratégica exige do Poder Naval, dentre outras tarefas de relevo, empreender esforços para conformar um poder dissuasório necessário à consecução dos grandes objetivos nacionais. Sob a ótica das Expressões do Poder Nacional, o Estado brasileiro possui elevado potencial de desenvolvimento por meio do incremento da Mentalidade Marítima e do fortalecimento da Oceanopolítica na sociedade brasileira, explorando, de forma sustentável, a Economia Azul dentro das Águas Jurisdicionais e Entorno Estratégico brasileiros. A Amazônia Azul constitui um patrimônio capaz de alavancar o desenvolvimento nacional. A Política Naval evidencia a importância da compatibilidade da Marinha do Brasil com a estatura político-estratégica nacional e, em atendimento a essas demandas, o Navio-Aeródromo Multipropósito *Atlântico* ostenta-se como o “Capitânia da Esquadra”, a ponta da lança dos Objetivos Navais. ■

* Comandante do Navio.

